

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES

Marina Pereira Santos ¹

Carlos André Nunes Lopes²

RESUMO

A educação inclusiva tem como premissa a igualdade de oportunidades e a compreensão da diferença humana e, como tal, leva em consideração a diversidade, social, cultural, intelectual, física e sensorial dos seres humanos. A inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares é obrigatória e tem gerado muita discussão, pois o fato de alunos com deficiência serem aceitos não significa que a inclusão realmente exista. Por isso o objetivo do trabalho foi analisar se os alunos com deficiência estão tendo os direitos garantidos de forma a fazer com que toda criança possua meio de acesso a esse direito, então realizou-se uma contextualização da educação inclusiva no Brasil com os marcos históricos, uma apresentação da inserção da inclusão nos contextos educacionais e descrito o público-alvo e suas particularidades, mostrando o acolhimento para incluir nos anos iniciais. A metodologia utilizada para o embasamento do trabalho foi uma análise bibliográfica com pesquisas em documentos oficiais e artigos acadêmicos que discorriam sobre educação inclusiva. Os resultados principais percebidos com o estudo foi que toda criança tem o direito de estar e aprender na escola. Portanto é necessário que se crie adaptações para os cursos quando for necessário para garantir o engajamento e o aprendizado. Ou seja, se todos são diferentes, é preciso diversificar e diferenciar ao mesmo tempo, propondo estratégias de ensino com diversas e potencialmente adequadas para grupos heterogêneos, propondo diferenciação em termos de desafios e dando suporte quando necessário para garantir igualdade de oportunidades na aprendizagem.

Palavras-chave: Direitos garantidos. Educação inclusiva. Inclusão.

ABSTRACT

Inclusive education is premised on equal opportunities and an understanding of human difference, and as such, takes into account the social, cultural, intellectual, physical, and sensory diversity of human beings. The inclusion of students with disabilities in regular schools is mandatory and has generated much discussion, because the fact that students with disabilities are accepted does not mean that

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica. E-mail: marinavcg20@gmail.com

² Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação –PPGEDUC-UFG, Doutorando em Educação pelo Universidade Nacional de Brasília (UnB). E-mail: nunislopes@hotmail.com

inclusion really exists. Therefore, the aim of this work was to analyze whether students with disabilities are having their rights guaranteed in such a way as to ensure that every child has a means of accessing this right. Thus, a contextualization of inclusive education in Brazil with the historical milestones was performed, a presentation of the inclusion in the educational contexts and a description of the target audience and its particularities, showing how to include it in the early years. The methodology used to support the work was a bibliographic analysis with research in official documents and academic articles about inclusive education. The main results of this study were that every child has the right to be in school and learn. Therefore, it is necessary to create adaptations for the courses when necessary to guarantee engagement and learning. That is, if everyone is different, it is necessary to diversify and differentiate at the same time, proposing teaching strategies with diverse and potentially suitable for heterogeneous groups, proposing differentiation in terms of challenges, and providing support when necessary to ensure equal opportunities in learning.

Keywords: Guaranteed Rights. Inclusive Education. Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho tem como tema a educação inclusiva na educação infantil, anos iniciais: algumas problematizações, pois a inclusão atualmente é um movimento de luta das pessoas com deficiência e seus familiares na busca por direitos na sociedade, no interior das escolas não acontece diferente. A inclusão deve acontecer no ambiente escolar como uma mudança de cultura, cada pessoa é um ser único, já que todos os indivíduos aprendem de formas diferentes com necessidades educativas diversificadas.

A problemática que se levanta é que, embora existam muitos estudos e indagações tentando entender o que realmente está acontecendo no processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares e esses alunos já estejam sendo inseridos cada vez mais nas escolas, observa-se que ainda existem barreiras a serem enfrentadas e que impossibilitam o acesso às escolas para todas as crianças com necessidades educacionais específicas.

Assim, o desenvolvimento do presente projeto de pesquisa buscou como objetivo analisar se há a garantia de que o direito dos alunos com necessidades específicas, tem sido assegurado de forma a fazer com que todas as crianças acessem a esse direito. Os objetivos específicos estão em realizar um contexto e os marcos históricos da educação inclusiva no Brasil, apresentar a inserção da inclusão

nos contextos educacionais, descrever o público-alvo e suas particularidades, mostrar o acolhimento para incluir nos anos iniciais.

Quando se fala em educação no âmbito escolar, refere-se a criar oportunidades de participação e aprendizado para todos os estudantes. Então as práticas pedagógicas e o projeto político pedagógico precisam ser revistos, e assim com essa sensibilização os professores começarão a trabalhar a questão da inclusão escolar. Uma escola deve ser preparada de acordo com a exigência de cada estudante que ingressa, devendo levar em conta a capacidade dos alunos em sala, a infraestrutura, materiais didáticos pedagógicos e equipes para atender certas deficiências e acima de tudo a constante capacitação docente para que esses possam saber como tratar os alunos, como fazer as adaptações curriculares, que materiais precisam para chegar a esses estudantes e cumprir com os objetivos de aprendizagem.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. CONTEXTO E OS MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A oferta de educação a pessoas com deficiências mudou bastante com o passar dos anos, no Brasil após um longo período de exclusão e abandono as atenções a esse tema ganham corpo no século XIX, em 1854 ocorre à criação do Instituto dos Meninos Cegos hoje, Instituto Benjamin Constant e três anos depois do Instituto dos surdos-mudos, atualmente chamado de Instituto Nacional de Educação de surdos, os dois estão localizados na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Silva *et al* (2014, p. 3):

No século XX, na fase da segregação, iniciou-se o processo de inserir pessoas com deficiência em instituições que alfabetizavam, mas mesmo assim, na década de 50 e 60 ocorreram movimentos de pais que não conseguiram matricular seus filhos nas escolas. Na década de 70, foi acontecendo uma maior integração e mudanças, os alunos com deficiência eram aceitos nas escolas, mas somente se estes se adequassem a mesma. Porém, foi na década de 80 que as coisas começaram a realmente mudar, devendo-se respeitar as diferenças porque “a escola é um direito de todos e um dever do Estado”, e pode-se citar a Declaração de Salamanca como uma das defensoras dessa ideia. (SILVA *et al*, 2014, p. 3).

Na década de 50 e 60, muitos pais se frustravam ao tentar matricular os filhos com deficiência nas escolas. Então na década de 70, as transformações começaram a acontecer, mas com lacunas e problemáticas, pois o aluno com deficiência era quem tinha que se adaptar a escola e não a escola que proporcionasse condições para os seus estudantes.

Logo após, na década de 80, com a Declaração de Salamanca que atua como uma das defensoras dessa temática discorrendo dos princípios, da política e da prática em educação especial. E com a Constituição Federal de 1988, no Art. 205 que cita que todos os indivíduos têm direito à escola e a responsabilidade de garantir esses direitos é do Estado. A partir desses dois marcos legais a sociedade abriu os olhos para o respeito as diferenças.

Com tudo, o perfil dos alunos que frequentavam as escolas regulares era muito mais voltado às deficiências visuais e auditivas continuando a excluir as limitações físicas e principalmente as intelectuais, tal cenário começou a mudar apenas a partir de meados do século XX quando se inicia a articulação de uma política de Educação Especial.

Nessa época que surge instituições como as Federações Nacionais das Sociedades Pestalozzi e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) na cidade do Rio de Janeiro baseada na estruturação da *National Association for Retarded Children* (NARC), organização dos Estados Unidos. Bueno (1997, p.159-182) ressalta a importância da criação de instituições especializadas em educação especial:

A importância cada vez maior que essas entidades foram assumindo dentro da educação especial. Essa influência crescente ocorreu pela sua organização em nível nacional, como são os casos das Federações Nacionais das Sociedades Pestalozzi e das APAEs, que passaram a exercer influência crescente nas políticas da educação especial, bem como pela qualificação técnica das equipes de algumas entidades assistenciais de ponta (como as Sociedades Pestalozzi de Minas Gerais e de São Paulo e as APAEs do Rio de Janeiro e de São Paulo) e das empresas prestadoras de serviços de alto nível (ao contrário das escolas públicas que enfrentam o grave problema de falta de condições de trabalho) e que passaram a estabelecer os padrões de qualidade com relação à educação do excepcional. (BUENO, 1997, p.159-182).

O autor mostra a importância que a iniciativa da criação de instituições de ensino de educação especial trouxe para as questões de inclusão na sociedade. Ocorreu uma influência positiva em nível nacional, pois as Federações Nacionais

das Sociedades Pestalozzi e as APAEs serviram como ferramentas para o desenvolvimento de políticas públicas de educação especial e iniciativa de qualificação dos profissionais que trabalhavam nessas instituições de ensino e nas empresas que prestavam serviços de alto nível, então os trabalhos que eram realizados em ambas passaram a ser base para a educação excepcional. Silva (1995, p.43-44) ao observar como é o funcionamento da APAE Rio:

A partir da análise dos objetivos estabelecidos na fundação da APAE-Rio, é possível compreender como essa instituição surge inicialmente para assessorar o atendimento aos excepcionais e, em seguida, se constitui como entidade prestadora de serviços diretos aos portadores de deficiências. Seus fundadores mantêm uma interlocução com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais. Essa visão ampliada lhe confere o status de organizadora das experiências realizadas na área do atendimento ao excepcional. (SILVA, 1995, p.43-44).

A instituição APAE Rio nas suas atividades iniciais possuía o objetivo de assessorar o atendimento aos indivíduos que possuíam deficiência física e/ou intelectual, anos mais tarde passou a ser uma instituição diretamente relacionada ao cuidado com os portadores de deficiência.

Uma instituição filantrópica que mantém relações com serviços públicos e privados a fim de atender integralmente os alunos nas especificidades de cada um, com ações marcadas de profissionalismo e carinho, conferindo-lhe o renome de organizadora na área da inclusão.

No Brasil no ano de 1969, já possuía mais de 800 escolas especializadas na educação de pessoas com necessidades especiais, focadas nas deficiências intelectuais. Na década de 80 a educação especial começa a ganhar o caráter de inclusão o primeiro passo para isso em 1988 o Art.208, inciso III da Constituição Brasileira que promove o atendimento com preferência na escola regular de ensino aos sujeitos que apresentam alguma deficiência.

“Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2006, p.124-125).

No artigo exposto acima mostra que cabe ao Estado fornecer educação com atendimento especializado para os indivíduos com portadores de necessidades

especiais, especialmente as matrículas devem ser realizadas em escola de ensino regular.

Em dezembro de 1996 foi aprovada a Lei nº9.394 de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No capítulo V da educação especial, no Art.58, é definido o que educação especial e o que essa Lei deve contemplar.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p.1).

O texto confirma que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e deve haver serviços de apoio especializado para atender os alunos com necessidades especiais. E para os casos que não seja possível a inserção do indivíduo na escola de ensino regular, então será ofertado o atendimento em escolas e serviços especializados, desde os zero anos de idade até os seis na educação infantil. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p.1) esclarece o objetivo da inclusão, quando no tópico 2 afirma que:

“Acreditamos e Proclamamos que: toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”.

Toda criança tem o direito de ter acesso à educação, sendo ofertada com qualidade a fim de que a criança alcance e mantenha os conhecimentos fundamentais para que essa se desenvolva futuramente e se torne um cidadão ético e responsável. Mas na parte das áreas prioritárias em seu tópico 50 faz uma crítica ao citar que se as questões da educação especial fossem levadas mais a sério a integração de crianças e jovens seria eficaz.

A integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais seria mais efetiva e bem-sucedida se consideração especial fosse

dada a planos de desenvolvimento educacional nas seguintes áreas: educação infantil, para garantir a educabilidade de todas as crianças. (UNESCO, 1994, p.12).

Apesar da existência da inclusão nas redes de ensino regular, a partir da crítica é notório que a educação especial precisaria de mais apoio com um melhor planejamento delineado nos planos educacionais, pois somente com seriedade é que as causas da inclusão serão efetivadas de verdade. No tópico 51, há considerações específicas a respeito da educação infantil em suas áreas prioritárias:

O sucesso de escolas inclusivas depende em muito da identificação precoce, avaliação e estimulação de crianças pré-escolares com necessidades educacionais especiais. Assistência infantil e programas educacionais para crianças até a idade de 6 anos que deveriam ser desenvolvidos e/ou reorientados no sentido de promover o desenvolvimento físico, intelectual e social e a prontidão para a escolarização. Tais programas possuem um grande valor econômico para o indivíduo, a família e a sociedade na prevenção do agravamento de condições que inabilitam a criança. Programas neste nível deveriam reconhecer o princípio da inclusão e ser desenvolvidos de uma maneira abrangente, através da combinação de atividades pré-escolares e saúde infantil. (UNESCO, 1994, p.12).

Para que uma escola de educação especial obtenha sucesso no ensino que proporciona para os alunos especiais é preciso métodos e estratégias de identificação prévia da necessidade que o aluno possui. A identificação pode ser através da avaliação e estimulação desse aluno.

Segundo a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p.1), a assistência infantil e os programas educacionais que atendem as crianças até os seis anos de idade devem ser construídos com o intuito de promoção do desenvolvimento integral desse aluno nos aspectos motor, cognitivo e social, assim contribuindo para a escolarização desse indivíduo.

Os programas elaborados para o atendimento à educação inclusiva são essenciais, atribuindo um valor econômico para o indivíduo, auxiliando a família e a sociedade, trabalhando para prevenir que os agravos que possam surgir para inabilitar a saúde da criança não se desenvolva. A recomendação que a Declaração de Salamanca fixa é que quando os órgãos públicos ou privados estejam criando ou pensando em criar programas inclusivos, é fundamental que se conheça o princípio da inclusão e desenvolva-o de forma holística, relacionando as atividades de desenvolvimento infantil e de saúde infantil.

Com a evolução da educação as pessoas com deficiência passaram a ser olhadas e atendidas de uma forma melhor, hoje percebe que a educação inclusiva está indo em processo de constante construção de estratégias como o atendimento educacional especializado que visa complementar a formação do aluno, por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e ferramentas que eliminem as barreiras, outra estratégia é a presença de um professor de apoio com formação específica para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem dos alunos na sala de aula ou mesmo na elaboração do planejamento.

2.2. A INSERÇÃO DA INCLUSÃO NOS CONTEXTOS EDUCACIONAIS

A inclusão surge na tentativa de romper com a exclusão de qualquer minoria, seja ela, os índios, as pessoas com deficiência, a questão de gênero, por isso que a escola inclusiva é uma escola para todos. Ou seja, toda escola deveria ser inclusiva, a Declaração de Salamanca ressalta que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados. (BRASIL, 1997, p. 17 e 18, apud MEC/SECADI, 2018, p.3).

A educação especial nesta perspectiva de uma escola para todos, ganha força, porque historicamente a pessoa com deficiência, transtorno Global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que é o público-alvo da Educação Especial determinado por lei no Brasil, ficavam exclusivamente estudando em escolas especiais e recebendo atendimento da Educação Especial.

Hoje o debate para a perspectiva de uma educação inclusiva é outro, quando se fala em inclusão escolar desse público-alvo, a meta é que eles estudem na mesma escola que todos os outros alunos com desenvolvimento típico, e que contêm com o apoio da área da Educação Especial.

A concepção de inclusão defende que toda escola deve favorecer que todos os alunos estejam inseridos nos processos, garantindo-lhe o direito de participar livremente das atividades e que seja ofertado também condições para tal realização.

Nas possibilidades desse aluno, mas sem que haja qualquer tipo de exclusão. (ROPOLI, *et al*, 2010, p.10-11).

Porém, não basta incluir o aluno com necessidade educacional especial e leis que garantem seu direito escolar de aprendizado em escolas regulares, necessita de estratégias organizadas que possibilitem construir conhecimentos a partir de adaptações e adequações possíveis dentro da escola para esse aluno incluso. (CAMARGO *et al*, 2017, p.3).

A educação inclusiva ocorre a partir do momento em que se oportuniza uma série de processos proporcionando tanto aulas teóricas como as aulas práticas mais inclusivas para os alunos. Como, adaptar rampas de acesso na escola para as crianças que utilizam da cadeira de rodas ou as que possuem baixa visão, banheiros adaptados, atividades específicas de acordo com a necessidade da criança, jogos com algumas transformações. De acordo com Silva *et al* (2006, p.10):

“O importante é que as adaptações necessárias sejam providenciadas de acordo com as necessidades dos alunos e que sejam removidos os obstáculos que impedem a sua inclusão”.

O espaço inclusivo pode ser criado em uma escola especial ou regular com adaptações, que tem como objetivo acolher e promover o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças com necessidades especiais.

A inclusão é um tema bem atual e cada vez mais escolas estão interessadas em não só inserir os alunos com necessidades nas escolas regulares, mas oferecer a esse público condições de participação de modo natural. Diante disso, os profissionais da escola têm que trabalhar articulados para identificar logo no início a necessidade de cada indivíduo para escolher e aplicar as metodologias certas, bem como, estruturando a escola com acessibilidade para receber os alunos.

Outro fator importante é preparar os professores para que possam atuar com os alunos, com formações para que o pedagogo compreenda a inclusão, pois assim conseguirá ministrar as aulas e saber responder as dúvidas dos alunos, auxiliá-los sempre que necessário, conscientizar os demais alunos, já que nessa fase as crianças não compreendem muito bem as questões que envolve a inclusão e por isso o professor é o responsável por ensiná-los as concepções que englobam a educação especial, assim despertando nos alunos a consciência de todos os seres humanos são iguais nas suas diferenças e que é preciso valorizar e respeitar todos.

Para Mendes (1995, p. 64) a inclusão proporciona uma conscientização que estabelece que as diferenças humanas são normais, mas considera que essa mesma inclusão acaba desencadeando desigualdades em sala de aula, por isso é preciso uma reestruturação no ensino, que não esteja somente exposta por Lei, mas que realmente disponibilize a essas crianças excepcionais a inclusão com uma qualidade de ensino e oportunidades de participar das atividades que também lhes são de direito.

A inserção da inclusão nos contextos educacionais faz parte de um processo árduo, mas que com a ajuda de toda a população para efetivar os direitos expostos por Lei e começar a olhar para as crianças especiais com uma outra visão, os resultados serão positivos e beneficiará muito as crianças.

2.3. O PÚBLICO-ALVO E SUAS PARTICULARIDADES

O público-alvo da educação especial são considerados as pessoas com deficiência intelectual, visual, física, auditiva, transtorno do espectro autista e também pessoas com altas habilidades/superdotação. É um espectro muito amplo de pessoas e as adaptações para isso são diversas.

Não só as adaptações físicas como também adaptações ligadas à informação e ao conhecimento. É essencial compreender quais as potencialidades e quais são as formas pela qual a pessoa se desenvolve e com isso criar estratégias que sejam pensadas para aquele caso específico para planejar estratégias que atendam às necessidades dessas pessoas.

Cada sujeito possui uma história, o percurso e a forma de se relacionar com o conhecimento, na educação uma das armadilhas é a escola considerar propostas pedagógicas para cada tipo de deficiência. Pois o ambiente inclusivo de educação é um ambiente que é aberto a todos e que dá a todos a possibilidade de desenvolver segundo a sua capacidade.

No Plano Nacional de Educação passa então a ser obrigatório nas escolas públicas e escolas normais, que aceitem os alunos que tem alguma necessidade, a meta 4 em termos ela foi muito transfigurada, não são todos os alunos, mas preferencialmente devem estar na escola comum e isso abre oportunidade de muitos alunos continuarem nas escolas especiais.

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, p.11).

Debater, portanto a chamada educação inclusiva, conhecer esses grandes desafios de um país como o Brasil que é carente de tanta coisa, inclusive uma educação de qualidade para a maioria da população. O fato de se tratar de um grande desafio não pode desencorajar e muito menos isentar o poder público, as empresas e a sociedade civil como um todo de enfrentar o problema.

A homogeneização da educação é o principal desafio da educação inclusiva, portanto a escola precisa considerar as particularidades de cada estudante, não devendo diferenciar o conteúdo que vai ser dado, ou seja, todos têm direito aquele mesmo conteúdo, porém deve ser diferenciada a forma que será apresentado o conteúdo com algumas adequações, o professor deve pensar uma forma de fazer com que fique mais compreensível ao aluno e depois observar como cada aluno irá relacionar e construir o conhecimento, avaliando se o método aplicado foi bom para o aluno ou se precisará fazer mais adequações.

2.4. O ACOLHIMENTO PARA INCLUIR NOS ANOS INICIAIS

O ensino e os cuidados na infância são vastamente distinguidos como fatores essenciais do progresso global da criança, o que coloca para os sistemas de educação o desafio de preparar projetos pedagógicos que fomentem a inclusão de todas as crianças.

Inclusão é acolher, independente da situação da criança, tanto na questão social como na questão escolar. A Inclusão no ambiente escolar deve ser de acordo com as características de cada estudante.

De acordo com Claudia Chebabi, gerente do Departamento de Educação da Fundação FEAC, o grande diferencial na educação infantil para as outras fases da educação básica é a necessidade de as crianças experimentarem e vivenciarem práticas pedagógicas lúdicas e que ocorram por meio do brincar. Daí a importância de serem a peça central da aprendizagem, de terem um papel ativo, que são assegurados na BNCC nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento. (Chebabi 7 de agosto de 2017, apud, FEAC, 2017).

A ideia é que esse público-alvo possua as mesmas oportunidades de aprendizado social e educativo igual a todos os colegas, a responsabilidade da escola é sensibilizar a toda população para que eles possam acolher os alunos inclusivos com companheirismo, tolerância e possam entendê-los, compreendendo que a educação inclusiva é um direito, e por isso todos devem acolher, apoiar e respeitar esse público.

A escola é um espaço público que deve estar aberto e pronto para receber todos os alunos. A educação infantil é a etapa inicial da formação acadêmica e representa a primeira exposição das crianças a um universo repleto de aprendizados e novas descobertas. A integração nesse período é essencial porque, além de todos os desafios que uma criança pequena encontrará ao começar a se socializar, é preciso considerar que esse é um dos primeiros momentos em que o aluno está longe de sua família. É importante comprometer-se com a inclusão na educação infantil para que as crianças possam se adaptar ao ambiente escolar e possam continuar aprendendo na escola primária sem grandes dificuldades.

Nesse contexto de inclusão e oportunidades iguais de acesso à educação é importante avaliar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na busca por compreender quais são os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil que as todas as crianças (com ou sem deficiência) têm direito de acesso, os seis direitos são, conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se, diante disso faz se necessário destacar cada um.

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. (BRASIL, 2018, p.40).

O aluno com necessidades especiais tem o direito de conviver com outras crianças e adultos, se expressando de diferentes formas, por meio das trocas de experiências individuais e coletivas onde um indivíduo aprende com o outro, desenvolvendo assim aspectos de respeito cultural e principalmente respeito á diferença dos seres com ou sem deficiência.

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e

diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. (BRASIL, 2018, p.40).

O aluno com necessidades especiais tem o direito de brincar todos os dias, de maneiras, espaços e tempos diferentes, para proporcionar o desenvolvimento de vários aspectos, motor, cognitivo, cultural, social, sensorial, despertando a criatividade e imaginação da criança.

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando. (BRASIL, 2018, p.40).

O aluno com necessidades especiais tem o direito de participar sempre da elaboração dos processos educativos e da vida diária, através da escolha da brincadeira, do brinquedo ou objeto que queira utilizar, dos ambientes para a exploração, a fim de desenvolver a linguagem e conhecimento do aluno.

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia. (BRASIL, 2018, p.40).

O aluno com necessidades especiais tem o direito de explorar os diferentes movimentos, gestos e sons, seja por meio do canto, da música, teatro, dança, mímica, jogos, apresentações musicais. Podendo explorar também as texturas, cores, objetos, por meio das tintas, diferentes materiais, mole, duro, denso, pegajoso, macio, peludo. Além disso, as crianças têm direito de explorar as emoções, transformações, relacionamentos e histórias, através do contato com os livros, árvore genealógica, apresentações do dia das mães e dos pais nas escolas, apresentação de festas regionais, como festa junina, natalina, carnaval.

“Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens”. (BRASIL, 2018, p.40).

O aluno com necessidades especiais tem o direito de expressar-se a partir dos questionamentos sobre si e sobre o mundo, permitindo a esse aluno a descoberta de novas formas, despertando os sentimentos e emoções, quando sentir necessidade poderá expressar o que sente, o que precisa para determinado momento, quais são os caminhos que quer seguir, despertando hipóteses através da opinião pessoal, fazendo isso com a linguagem que desejar.

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL, 2018, p.40).

O aluno com necessidades especiais tem o direito de conhecer-se como ser histórico e social para compreender o mundo que o rodeia, com experiências e vivenciadas de pertencimento, expressando se por meio das interações e das brincadeiras nos contextos familiar, escolar e comunitário.

Esses direitos são fundamentais para o desenvolvimento da criança especial, ainda mais na educação infantil que é o momento de formação inicial e primordial em que o indivíduo se desenvolve através das experiências observadas por ele e das vivências com o meio. Garantir esses direitos é essencial para uma melhor qualidade de vida para as crianças com necessidades especiais. Portanto, fica claro a enorme importância da educação infantil no desenvolvimento dos indivíduos, pois é o alicerce mais profundo para sua formação e crescimento como cidadãos.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada com apoio em material bibliográfico, com abordagem qualitativa de cunho descritivo, utilizando-se de pesquisa e análise em material de artigos, livros e revistas utilizando-se fundamentalmente de contribuições de autores da área.

Para analisar se a prática pedagógica se é, de fato, inclusiva, e se leva em consideração o desenvolvimento de aprendizagem da criança no ensino infantil. A partir do objetivo central da pesquisa que aborda a importância da inclusão na educação infantil, optou-se pela pesquisa bibliográfica de natureza básica para elaboração e apresentação da pesquisa.

A chegada de crianças com necessidades específicas na educação infantil é uma realidade existente que deve ser vista positivamente para a educação. A inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares é obrigatória e gera muitas discussões, pois apenas o fato de aceitar a matrícula de estudantes com deficiência não significa que houve inclusão de fato. A educação inclusiva tem como premissa a igualdade de oportunidades e a compreensão das diferenças humanas, portanto, leva em consideração a diversidade de raças humana, sociedades, culturas, inteligências, corpos, sentidos e gêneros.

Visualizou-se de modo teórico na realidade educacional inclusiva a garantia do direito de estar e de aprender na escola que toda criança tem direito. Quando alguma diferenciação for necessária para garantir a participação e o aprendizado, diferencie então o currículo. Ou seja, se todos são diferentes, é preciso diversificar e diferenciar ao mesmo tempo, propor estratégias de ensino e potencialmente suficientes para grupos heterogêneos, e ao mesmo tempo propor diferenciação em termos de desafios e fornecer suporte quando necessário para garantir oportunidades iguais no processo de educação escolar.

Os procedimentos e instrumentos adotados foram de coleta de dados em pesquisa e análise na internet com dados oficiais, pautados nos estudos teóricos de vários pesquisadores, bem como, de Lei e documentos que respaldam a temática: Constituição da República Federativa do Brasil (2006), LDB - Lei nº 9394/96 (1996), Base Nacional Comum Curricular (2018), planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação (2014), BUENO (1997), CAMARGO *et al* (2017), FEAC. Fundação (2017), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2018), UNESCO. Declaração de Salamanca (1994).

E os seguintes autores, MENDES (1995), ROPOLI *et al* (2010), SILVA (1995), SILVA *et al* (2006), SILVA *et al* (2014), defendidos por esses autores relacionando com as principais concepções de educação inclusiva. A realização para o resultado deste trabalho foi através de material disponível no google acadêmico para levantamento de dados objetivando nos resultados das pesquisas dos estudos teóricos realizados pelos pesquisadores.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos apontaram que a educação de pessoas com deficiência se transformou durante os anos no Brasil, desde o período de exclusão e abandono das crianças com necessidades especiais.

Os autores Silva *et al* (2014) mostraram que nos anos 50 e 60 os pais não conseguiam matricular seus filhos na escola, na década de 70 as mudanças começaram a ocorrer, mas de forma bem pequena, as reais transformações iniciaram na década de 80, depois ocorreu a Declaração de Salamanca, no século XIX com a criação do Instituto Nacional de Educação de surdos.

Em 1988 com a elaboração da Constituição Federal ficou exposto que todos os indivíduos têm direito à escola e a responsabilidade de garantir esses direitos é do Estado. Diante desse cenário que a sociedade começou a perceber que era dever respeitar todas as pessoas.

Bueno (1997) mostrou a importância da criação de instituições especializadas em educação especial, como as Federações Nacionais das Sociedades Pestalozzi e as APAE's que influenciaram para a conscientização da população sobre o respeito e valorização dos indivíduos com necessidades especiais, bem como para a criação de políticas públicas e preparação dos profissionais que trabalhavam com os alunos excepcionais.

MEC/SECADI (2018), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva seguindo a Declaração de Salamanca defendeu que toda escola deve ser inclusiva, com iniciativas de acolher os indivíduos independentemente das dificuldades sejam físicas, intelectuais, linguísticas entre outras.

Os autores Ropoli, *et al* (2010) ressaltaram o que os aspectos da inclusão proporcionam, analisando que toda instituição de ensino possui o dever de garantir acesso ao ensino para todos os indivíduos, para que esses participem das atividades, tal como deve ser promovido ferramentas e condições para que a participação ocorra, com adaptações que insira o aluno nas atividades teóricas e práticas.

Complementando os autores anteriores surge Camargo *et al* (2017), que reforçam que a concepção de inclusão não é só oferecer a vaga para os alunos com deficiência, mas sim oportunizar que esses alunos participem das atividades e quando necessário é essencial que as adequações aconteçam, mas é pertinente a criação de estratégias com antecedência, quando a escola se antecipa com essas

adaptações já estará preparada para caso necessite, como a criação de rampas de acesso, banheiros adaptados, materiais didáticos com adaptações.

Mendes (1995) pontua que a inclusão possui duas vertentes, uma é a conscientização sobre as diferenças dos indivíduos mostrando que as diferenças são normais, já a segunda vertente na visão da autora são as problemáticas trazidas pela inclusão, como o surgimento das desigualdades em sala de aula. E que diante desse panorama a melhor saída é a reestruturação no ensino que inclua os alunos com necessidades educacionais especiais nas prática educativas.

O Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação propõem oferecer o acesso à educação básica para as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que possua algum tipo de deficiência física ou intelectual, assim como uma assistência específica e de preferência no ensino regular, com a disponibilidade de salas de recursos, com adaptações.

A inclusão logo no início da infância é fundamental para a criança por ser justamente o momento em que estará aprendendo e conhecendo o mundo, por isso analisou-se quais são os direitos de aprendizagens que o público da educação excepcional possui. De acordo com a BNCC (2018) entres os direitos, estão: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se, esses seis direitos são essenciais para as crianças se desenvolverem integralmente.

Observou que atualmente, várias escolas estão comprometidas com a inclusão, porém, ainda é necessário preparar e formar os professores para os processos inclusivos, pois a formação dos professores continua muito lenta e gradual. Na medida em que os alunos com necessidades especiais chegam à escola ocorre um espanto no primeiro instante por parte dos professores e alunos.

Pois os professores apesar de querer muito inserir a inclusão as suas práticas, eles não sabem como fazer, conseqüentemente sem um norte para a atuação do trabalho o educador acaba não orientando os alunos da devida forma, assim as crianças excluem o aluno com deficiência por não compreender também essa questão da inclusão e porque o professor não orientou os mesmos.

Por isso é necessária uma formação contínua que trabalhe com estratégias de conscientização para promover a mudança da mentalidade dos professores no trabalho da adversidade, assim conseqüentemente o professor saberá orientar os alunos e aplicará os conceitos de inclusão, ensinando esse aluno com deficiência

como ensina os outros, com as mesmas atividades teóricas e práticas, mas proporcionando adaptações e adequações quando necessário.

A educação inclusiva diz respeito a todos os alunos, com ou sem deficiência, e uma concepção de ensino que pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, sejam elas acadêmicas, comportamentais ou emocionais. A educação inclusiva é um direito nos dias de hoje, e passou por um longo percurso de luta para conquistá-la.

A perspectiva é que todas as pessoas tenham o direito à convivência, nos mesmos espaços, com igualdade de oportunidades. A importância e relevância de mostrar que a inclusão é uma questão social retomam a discussão do trabalho pedagógico com as práticas pedagógicas, agora sob a ótica das principais variáveis que interferem positiva e negativamente no ensino e na aprendizagem das mesmas. E em meio ao mundo em que se vive, há uma exigência na melhoria e no acolhimento e uma atenção maior ao diferente.

A inclusão no ensino infantil vem percorrendo degraus que merece uma preparação especial por parte dos docentes e profissionais estudiosos dessa ciência, isto é, para que a inclusão seja colocada em prática, todos os grupos sociais deveriam ser considerados. Identificando e conhecendo as possíveis barreiras na educação Inclusiva no ensino infantil nos anos iniciais que gerem as dificuldades de pessoas com deficiência de se socializar e viver com igualdade em meio à sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, compreendeu-se que atualmente a maioria das escolas da rede pública de ensino estão se organizando para acolher e incluir as crianças com necessidades específicas. Nota-se ainda que lidar com a adversidade assusta, sobretudo, aos educadores mais antigos, onde o preparo e a aceitação de trabalhar a diversidade é sempre mais complexo. Portanto, há consenso nos artigos lidos de que é mais fácil trabalhar com alunos com necessidades específicas nos anos iniciais quando logo de início já se percebe que o aluno necessita de um acolhimento diferenciado, quando comparado com os alunos que começam tarde, pois uma boa base escolar é fundamental para o seu desenvolvimento.

O preconceito pode existir principalmente dentro das famílias de alunos

considerados "normais". Os mesmos alunos são imparciais e mesmo sem preconceito acabam transferindo as vivências e falas do ambiente familiar para o ambiente escolar, então passa a tratar o colega com necessidades específicas diferente. Portanto, é preciso ressaltar que o papel do professor em proporcionar situações que possibilitem a integração harmoniosa do acolhimento e do conteúdo concreto, demonstrando a indissociabilidade desse processo.

No entanto, não se pode esquecer que a sociedade brasileira é composta de seres humanos, em que a diversidade é enorme. Pessoas com diferenças de raça, cor, gênero, origem, ideologia, religião, indivíduos com ou sem necessidades específicas. Desta forma, pode-se concluir por meio desta pesquisa realizada que as escolas inclusivas são construídas pela interação permanente, responsabilidade compartilhada, promoção da cooperação e solidariedade fraterna entre os diversos atores educacionais. Esta escola deve estar comprometida com a mudança para atender a todas as necessidades educacionais identificadas, independentemente do estado social, físico, mental e de saúde do estudante.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por me dar forças e sabedoria para que eu conseguisse realizar os objetivos propostos; ao orientador Carlos André Nunes Lopes, por ter me auxiliado em todo o processo do trabalho; a minha família que sempre esteve presente em todos os momentos difíceis e durante todo o percurso para realização deste curso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2006. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

BRASIL. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação.** Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

BUENO, José Geraldo Silveira. **A produção social da identidade do anormal.** In: Freitas, M. C. (org.) História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 1997. p. 159-182.

CAMARGO, L. F. SOFFA, M. M. MARKOWICZ, D. **Perspectivas sobre a educação inclusiva: um desafio possível.** Revista EDUCERE, 2017. Formação de Professores: contextos, sentidos e práticas. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23527_11750.pdf>. Acesso em: 02 maio 2022.

FEAC. Fundação. **BNCC caminha para garantir direitos de aprendizagem e desenvolvimento na primeira infância.** Disponível em: <<https://feac.org.br/bncc-caminha-para-garantir-direitos-de-aprendizagem-e-desenvolvimento-e-preve-intencionalidade-do-processo-educativo-na-primeira-infancia/>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192#:~:text=O%20princ%C3%ADpio%20fundamental%20desta%20Linha,%2C%20emocionais%2C%20lingu%C3%ADsticas%20ou%20outras.>. Acesso em: 13 maio 2022.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional.** Tese de Doutorado em Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

UNESCO. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca – Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

ROPOLI, E. A. MANTOAN, M. T. E. SANTOS, M. T. C. T. MACHADO, R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar - A Escola Comum**

Inclusiva. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial Universidade Federal do Ceará. Brasília 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 maio 2022.

SILVA, Adriana G. **O movimento apaeano no Brasil: um estudo documental (1954-1994)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

SILVA, L. I. L. HADDAD, F. SILVA, J. J. DUTRA, C. P. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais DEFICIÊNCIA FÍSICA**. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. Brasília – DF 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SILVA, M. K.; FÉLIX, E. M. L.; GOMES, M. A. G. **A inclusão de alunos com deficiência no ensino fundamental: a experiência da escola municipal em tempo integral professor benildo barbosa medeiros**. In: VII COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE”. 2014, Aracaju. Anais eletrônicos...Aracaju: UFS, 2014. Disponível em: <<http://educonse.com.br/viiicoloquio/>>. Acesso em: 08 abr. 2022.